



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Exmos Srs.

Para o procedimento que entenderem adequado junto
enviamos cópia da comunicação que dirigimos ao Exmo Sr.
Procurador-Geral da República.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Exmo Sr.
Procurador-Geral da República

Somos um conjunto de funcionários de investigação que serve esta Instituição há muitos anos. Ela, apesar do momento negro que atravessa, ainda nos merece todo o respeito pelo seu passado recheado de excelentes serviços prestados à sociedade.

Decidimos efectuar esta comunicação não só pela razão anteriormente aludida, mas também em respeito pela memória de muitos dos excelentes funcionários que a serviram.

Esta Instituição ao longo dos anos da sua existência tem-se pautado por práticas de investigação, reconhecidas universalmente, tendo por objectivo a **descoberta da verdade dos factos**.

Assistimos nos últimos anos a algumas tentativas de influenciar investigações, tendo nalgumas delas, devido à sua mediatização, sido públicas tais intenções – recordamos os processos relacionados com a “Moderna” e “Finanças”.

No entanto, nada até agora se assemelhou ao que está a acontecer com o denominado “processo apito dourado”.

A nossa desilusão inicia-se com a análise que efectuámos aos processos ainda sem a intervenção da equipa “milagrosa” e continua com as práticas infames e desprezíveis cometidas por alguns elementos desta equipa.

Deparámo-nos com práticas que pensávamos já estarem arredadas num estado democrático. Todo o trabalho foi efectuado com alvos previamente definidos, tendo sido para tal, cometidas inúmeras ilegalidades e efectuados actos processuais, no mínimo, de validade duvidosa.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Actos iguais cometidos por pessoas diferentes tiveram decisões diferenciadas, o que revela que a equipa do Dr. Carlos Teixeira protegeu nitidamente algumas pessoas.

Analisando quem foi protegido verifica-se que estamos perante a rede de influências das pessoas que prestaram serviços e vassalagem ao S. L. Benfica e ao seu presidente Luís Vieira.

Nada nos move contra o S. L. Benfica, pois alguns até adeptos somos deste clube e, como é óbvio, queremos que o nosso clube vença sempre, mas não a qualquer preço.

Também não pretendemos ser enganados por quem, com discursos incendiados e dirigidos à população vai enganando os adeptos mais distraídos, “sacando” dinheiro ao clube.

Também a nossa conduta profissional impõe-nos a obrigação de não deixar passar em claro esta cabala.

Verificámos que o direccionamento da investigação (custa-nos empregar esta palavra, pois de investigação estes processos nada tiveram) não se ficou só pelos autos, pois o Dr. Carlos Teixeira, não conseguindo vencer o seu benfiquismo primário, entregou informação e peças processuais, previamente seleccionadas, a alguns jornalistas da sua cor, nomeadamente aos Srs. António Gomes e Rogério Azevedo.

Havia que injectar a opinião pública.

Mas vamos a alguns factos:

O Sr. Valentim Loureiro sempre que prestou declarações, e quando ouvido nos vários processos sobre a informação, que lhe era fornecida antecipadamente à sua divulgação pública, das nomeações dos árbitros, disse que a mesma lhe era fornecida quer pelo Presidente, quer por um vogal do Conselho de Arbitragem da Liga. Em nenhum processo o Presidente de tal Conselho é arguido. O Vogal é-o em todos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

No processo que se encontra em fase de instrução relativo ao jogo Boavista-Estrela da Amadora analise-se a acusação. É uma peça digna de figurar no Guinness World Records. Inocentam-se condutas criminosas e acusam-se práticas legais, distorcendo-as.

Num jogo da Taça de Portugal S. C. Braga-F. C. Porto o Sr. Pinto de Sousa contactou os dois presidentes, quanto às suas preferências para arbitrar o jogo. O do F. C. Porto referiu que poderia ser qualquer um, menos o árbitro X. O do S. C. Braga referiu que não queria os árbitros Y, Z e W. O presidente do F. C. Porto é arguido no processo o do S. C. Braga não. Mas mais. Analise-se as escutas relacionadas com este jogo e verificar-se-á que no final do jogo o Dr. Mesquita Machado ligou ao ex-árbitro Azevedo Duarte todo indignado por não ter sido nomeado um determinado árbitro. Também não é arguido.

Não obstante o Sr. José Veiga ter sido escutado a solicitar que o árbitro, que dirigiria o encontro que a sua equipa realizaria no fim de semana seguinte, fosse contactado para beneficiar a sua equipa e apesar de ter ganho em casa do adversário por 0-1, o Sr. Magistrado entendeu que a matéria apurada não era suficiente.

Critérios...

Apesar de lhe ter sido fornecida a informação que a seguir indicamos, relacionada com a época 2004/2005 (ano em que o S. L. Benfica quebrou o longo jejum), o Dr. Carlos Teixeira esqueceu-se de lhe dar o devido tratamento:

- As reuniões secretas entre o Sr. Luís Vieira e o Sr. José Veiga com o presidente e, por vezes, um vogal do Conselho de Arbitragem da Liga em locais (Bares e Restaurantes) devidamente identificados em Lisboa e cujos funcionários estavam disponíveis para testemunhar.

- As reuniões efectuadas num Restaurante em Penafiel, bastante conhecido da gente do futebol, entre o Sr. José Veiga e vários árbitros e árbitros assistentes.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

- As reuniões semanais entre o Sr. José Veiga com um vogal do Conselho de Arbitragem da Liga na zona litoral centro do País, perto da residência deste último (por coincidência os estágios do S. L. Benfica, nessa época, eram efectuados no litoral e relativamente próximo do mencionado local). Este vogal, por sua vez, levava as indicações ao Presidente das exigências dos Srs. Vieira e Veiga que indicavam os árbitros não só para os seus jogos, mas também para os dos seus rivais.

- As reuniões entre o Dr. João Rodrigues com o Sr. Pinto de Sousa num Hotel de Lisboa.

- As reuniões entre o mesmo João Rodrigues, no mesmo Hotel, com vários árbitros.

- As fortes ligações do Sr. José Veiga aos Laboratórios Internacionais de Doping.

- A promessa de contratação de um jogador do Guimarães. O Sr. José Veiga prometeu-lhe a contratação, caso não jogasse contra o Benfica. O jogador efectivamente não jogou. O Benfica tentou recuar na promessa, mas o jogador ameaçou que "metia a boca no trombone" e lá tiveram que o contratar.

- A promessa de contratação de um jogador do Estoril antes do "famoso" jogo Estoril-Benfica no Algarve. O Sr. José Veiga jantou com ele num Restaurante da linha do Estoril, tendo-lhe prometido a sua contratação, caso facilitasse a vida ao Benfica. As facilidades aconteceram, mas a contratação não.

- As reuniões efectuadas na semana que antecedeu o atrás citado jogo com vários jogadores do Estoril com o Sr. José Veiga e nalguns casos com o seu primo (o homem forte da segurança. Foi o autor da agressão no Aeroporto de Lisboa, quando o Sr. Luís Vieira foi "raptar" o jogador Moretto ao Brasil). Foram efectuados pagamentos pelo primo do Sr. Veiga, ao que consta, ao guarda-redes do Estoril. Sobre estes factos existiu a disponibilidade em falar dum elemento do Estoril. Aliás o homem propunha-se contar, não só, tudo sobre esta "novela", mas de muitas outras que tinha conhecimento do Sr. Luís Vieira.

- As escandalosas arbitragens dos Srs. João Ferreira, Hélio Santos, Elmano Santos, Bruno Paixão, entre outros. Mas destas não interessava solicitar análises aos peritos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

- As ligações do presidente do Belenenses aos Srs. Luís Vieira, Cunha Leal, Tinoco Faria, Pedro Mourão, Frederico Cebola que influenciaram a decisão no caso "Mateus". Foram inclusivamente denunciados os pagamentos que foram efectuados a alguns destes senhores por alguns escritórios de advogados.

O Gil Vicente também gostará de saber que não foi prejudicado só na época passada, com intervenção do Sr. Luís Vieira. Ele pagou ao "paineleiro" Fernando Seara cerca de 100 mil contos (s/ recibo) para conseguir que o Alverca ficasse na 1.ª Divisão (era satélite do S. L. Benfica), prejudicando o Gil Vicente. Consta que o atrás referido "paineleiro" se juntou (falamos de escritório), há relativamente pouco tempo, ao já citado João Correia.

Existiam nos autos indícios quer em quantidade, quer devido à sua relevância que justificariam, caso o Magistrado fosse isento, que os Srs. Luís Vieira, José Veiga, António Salvador, João Rodrigues, Tinoco Faria, Luís Guilherme, Cunha Leal, António Duarte, Pedro Mourão, Frederico Cebola, Paulo Relógio fossem colocados sob escuta, mas tal não interessava.

Consta que houve interferência do Dr. João Correia junto da estrutura sindical do Ministério Público que, como se verifica, terá surtido, até agora, efeito. Será por ele fazer parte do Conselho Superior do Ministério Público?

Entretanto nova fase surge no "processo apito dourado".

Aparece um livro e surge a equipa "milagrosa".

Vamos à sua constituição.

Comecemos pela Dr.ª Maria José Morgado.

O seu marido trabalha há alguns anos para o Sr. Luís Vieira recebendo, sem recibo, elevadas quantias em dinheiro, mau grado



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

não se coibir de criticar tudo e todos, nomeadamente as fugas ao fisco.

Quando a Polícia iniciou, com o comando da Dr.^a Maria José Morgado, o afamado processo das Finanças, recordar-se-á V. Ex.^a que o mesmo se tinha iniciado com uma comunicação que circulava no interior das Finanças denunciando a forma como havia sido vendida a Fábrica de Louças de Sacavém.

A mesma fora adquirida por negociação directa por uma empresa de que o Sr. Luís Vieira era sócio por um preço quase anedótico. Na altura apurou-se que viviam no Condomínio Privado que entretanto ali fora construído pela empresa compradora quatro Directores de Finanças.

O que resultou para o Sr. Luís Vieira? Quanto sabemos, até agora, nada.

Na altura em que o processo decorria, o marido da Dr.^a Morgado escrevia pelo Natal no Expresso um artigo que denominava "Conto de Natal". Fazia-o "camuflado" tentando atingir alvos concretos.

Recordamos que efectuou um direccionado ao Sr. Vítor Santos - Bibi e, no ano em que o processo atrás referido se encontrava em fase de investigação, um que era direccionado à então Ministra da Justiça que, de forma cobarde, intitulou de "Etelvina".

Acusava-a de ter subido na vida à custa de práticas de baixa índole. Mais tarde ele e a mulher fizeram correr a notícia de que o processo não tinha tido êxito por interferência da Ministra para proteger um Director de Finanças.

Correlacione V. Ex.^a os factos e retire as devidas ilações.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Quanto ao Dr. Carlos Farinha, pensamos que terá sido escolhido para a Dr.^a Morgado o “premiar” por ele se ter mostrado solidário e ter pedido a demissão quando ela fez o mesmo.

À nomeação do Sr. Sérgio Bagulho já lá vamos.

Quanto aos outros elementos não queremos tecer grandes comentários, mas sempre diremos que estranhámos a nomeação do titular do processo “Mantorras”, processo que se encontrava em investigação.

Terá sido para o processo ser “exterminado” de vez?

Pensamos que sim, pois deram tempo para que o Sr. Luís Vieira montasse a sua estratégia de defesa.

Sobre este processo já nos debruçaremos mas adiante.

Quanto ao Sr. Bagulho eram conhecidas as suas fortes ligações ao clube S. L. Benfica e ao seu presidente Luís Vieira, com quem era visto frequentemente a jantar em Restaurantes de luxo da baixa lisboeta.

Constava que era o seu novo “Suzano”, ou seja um dos seus homens de mão para efectuar trabalhos sujos, nomeadamente algumas cobranças.

O Luís Vieira conhecia factos que revelados poderiam acabar com a sua carreira e jogava com eles, “obrigando-o” a fazer aquilo que queria.

Era também comum ver-se o Bagulho a “pavonear-se” nos camarotes presidenciais do Estádio da Luz.

Alguém de boa fé nomearia este homem para este processo?

Entretanto, o Dr. Carlos Farinha abandona a equipa, pois tem que ir cumprir uma comissão à Madeira.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Quem é que aparece?

O Sr. Manuel Carvalho.

Nos corredores da Polícia consta que quem o indicou foi o Dr. João Correia, advogado com quem o Sr. Carvalho se reúne com frequência para receber directrizes, quanto ao caminho enviesado a dar ao processo.

Sabemos, e só estamos a constatar um facto, das dificuldades financeiras que o Sr. Carvalho tem passado devido a uma desastrosa incursão no mundo empresarial.

Durante esta fase do processo circulou muito dinheiro com proveniência do Sr. Luís Vieira e com diversos destinos.

A D. Carolina tem sido um dos seus destinos preferidos, tendo o seu último recebimento sido efectuado pelas mãos "suja" da Sr.^a Leonor Pinhão.

Esta entregou-lhe cinquenta mil euros com a indicação que não os depositasse em Portugal.

A D. Carolina cumpriu e deslocou-se a Tuy, onde efectuou o depósito no Banco Santander.

Outro dos destinos do dinheiro do Sr. Luís foi o pai da D. Carolina que igualmente se deslocou a Espanha para depositar as quantias recebidas.

Já que falámos na Sr.^a Pinhão, ideóloga do livro que originou a reabertura do processo, questionámo-nos de qual a razão da equipa "milagrosa" só ter usado o livro da D. Carolina e não outros escritos de credenciados jornalistas que denunciavam várias ilegalidades cometidas pelo Sr. Luís Vieira?

Será o poder discricionário...



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

A título exemplificativo referimos o jornalista António Tavares-Teles que quase diariamente denuncia factos relacionados com o Sr. Luís Vieira – vide artigos recentes no jornal “O Jogo” em 8 e 9 de Junho de 2007.

Por que razão não se investigam os artigos dos jornais Público dos dias 29 e 30 de Março de 2007, ambos na pág. 26 e Correio da Manhã de 10 de Maio de 2007-pág. 24?

A escritora do livro (que foi considerado relevantíssimo elemento de prova, tendo originado as reaberturas de inúmeros processos), Fernanda Freitas, disse (citamos): **“Estou arrependida por ter pactuado por desconhecimento de causa com falsidades e invenções no texto que escrevi”**.

Alguém terá considerado esta afirmação?

Sabemos que existem vários crimes (furtos, fogo posto, tentativas de homicídio), cujos autores materiais já confessaram e imputaram a responsabilidade da autoria moral à D. Carolina.

O que se passa com estas investigações e com a entrevista publicada no Correio da Manhã de 14 de Maio de 2006 em que um indivíduo exhibia objectos furtados ao presidente do F. C. Porto e denunciava um plano de extorsão?

Como é possível manter-se em liberdade alguém que cometeu tantos crimes com um grau de perigosidade tão elevado.

Parece-nos, salvo melhor opinião de V. Ex.^a, que o quadro legislativo português não prevê a figura de “arrependido”.

Qual o motivo de tal protecção e que “taxa de juros” seremos obrigados a pagar?

Mas já que falámos em crimes cometidos é altura de abordar a agressão ao Sr. Bexiga.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Uma conceituada jornalista que colaborou com vários jornais de referência ao abordar a D. Carolina sobre a autoria deste crime referiu-lhe:

“Então vocês vão cometer uma agressão num parque de estacionamento? Não vêem que foram filmados pelas câmaras de filmar”.

A D. Carolina retorquiu:

“Eu não brinco em serviço. No dia anterior mandei destruir as câmaras”.

Para V. Ex.^a fazer um juízo sobre a maquinação que foi montada providencie no sentido de verificar se alguma vez aquele parque possuiu câmaras de filmar.

A resposta que obterá será: **NUNCA!**

A Sr.^a Pinhão nas reuniões que efectuou frequentemente no Restaurante Le Petit e no Hotel Mundial com a D. Carolina esqueceu-se de pormenores importantes.

Como ideóloga também terá sido a Sr.^a que instigou a D. Carolina a cometer os crimes atrás aludidos?

Retratá-los-á na sua “fita”?

Nem todos são ingénuos Sr.^a Pinhão, mas reconhecemos que a Sr.^a tem alguma esperteza.

No entanto, no dia em que Deus distribuiu a inteligência a Sr.^a acordou tarde, como é habitual, e ficou no final da fila.

Infelizmente, este é um dom que não se compra em qualquer Centro Comercial.

Num dos furtos a que atrás fazemos referência foram recuperados pela P. S. P. na residência da D. Carolina alguns dos



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

objectos que haviam sido furtados do escritório do seu ex-companheiro, escritório, cuja existência só os dois conheciam.

Entre os objectos não recuperados figuravam vários quadros.

O semanário Sol publicou a entrega dos objectos recuperados ao presidente do F. C. Porto.

Imediatamente o Sr. Luís Vieira, ao ter conhecimento do artigo publicado, liga à D. Carolina dizendo-lhe que já não quer em sua casa o quadro do Cargaleiro.

O referido quadro foi pelas mãos da Sr.^a Pinhão levado para o Porto e entregue à D. Carolina.

Sabemos que o Sr. Luís Vieira aprecia obras de arte, nomeadamente quadros, e gosta de, quando entende oportuno, oferecer peças valiosas a Presidentes de Bancos.

Depois os financiamentos estão mais facilitados, não é Sr. Luís?

O local de aquisição dos mesmos também é igual e cirurgicamente seleccionado, não é Sr. Luís?

Mas para que V. Ex.^a faça um correcto juízo sobre o "pagante" desta farsa referiremos alguns factos do seu passado.

Comecemos pelos pneus.

A Polícia Judiciária possuía um dossiê sobre a actividade de tráfico de estupefacientes do Sr. Luís Vieira.

O dossiê ainda existirá ou os seus "homens" já lhe terão dado sumiço?



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

O Sr. Vieira demonstrava o seu receio às pessoas que lhe eram mais próximas na candidatura ao S. L. Benfica, pois dizia: “se eu lá chegar, vem logo à ribalta o esquema do pó nos pneus”.

Nesta altura do negócio dos pneus apareceu um homem morto nas instalações da sua empresa.

Talvez o então titular do processo, um colega já aposentado, queira agora contar a história das ameaças que o Sr. Luís Vieira, acompanhado por um grupo de ciganos, efectuou à sua família numa esplanada em St.^a Iria da Azóia.

Quando estes factos forem conhecidos talvez alguns responsáveis de transportadoras que efectuavam o transporte dos pneus queiram divulgar o que efectivamente transportavam.

Também, poderá ser que os responsáveis da empresa de Braga que adquiriu esta empresa ao Sr. Luís Vieira divulguem a forma como foram burlados, pois os elementos contabilísticos da empresa foram previamente falsificados.

Em Julho de 1993 foi julgado e condenado no Tribunal da Boa-Hora pela prática de um crime de **roubo**.

Foi condenado a 20 meses de prisão.

No acórdão do 3.^o Juízo Criminal de Lisboa, o Juiz-Presidente, Afonso Henrique Cabral Ferreira, refere com alguma ironia que **“esta história é diga da sétima arte”** e destaca que **“o Sr. Luís Filipe Ferreira Vieira foi o único que não se declarou arrependido pelo crime cometido”**.

Afinal a “queda” para a sétima arte já é antiga...

O Homem que lhe deu a mão e a quem ele deve a fortuna que hoje diz ter, era um Director de uma Instituição Financeira, António Pedro Almeida Gomes, que, entretanto, se aposentou e, como já não era útil, foi “descartado”.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Aliás isso é uma das suas práticas, serve-se das pessoas e depois abandona-as.

Enquanto Presidente do Alverca há muitas histórias, mas focaremos a relacionada com a adulteração de resultados nas últimas jornadas num ano em que o Alverca estava em risco de descer de divisão, mas salvou-se “empurrando” para a descida o Beira-Mar.

Estes factos deram origem a um inquérito no Departamento de Aveiro, pois os mesmos foram conhecidos, após aliciamento efectuado ao guarda-redes do Beira-Mar Palatsi.

O Palatsi deu conhecimento ao então presidente Mano Nunes e deslocaram-se ambos ao Departamento da P. J. em Aveiro.

Apesar do inquérito ter sido distribuído ao elemento mais fanático pelo Benfica daquele Departamento o processo deu alguns “passitos”.

Havia no inquérito informação que revelava haver resultados combinados nas últimas quatro jornadas.

O Sr. Luís Vieira telefonou ao guarda-redes Palatsi dizendo-se director do clube que se deslocava a Aveiro na jornada seguinte.

Esse clube era um dos três que lutava por um apuramento para a Taça UEFA. Quão habilidade maliciosa o homem tem...!

O referido jogo terminou empatado, sem aparentes casos.

Todavia, os seus tentáculos tinham que se estender aos jogos onde o Alverca intervinha.

Aí conseguiu, nalguns casos directamente, noutros por intervenção de outras pessoas os seus objectivos.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Recordámos que um dos homens de quem se serviu foi do então presidente do Benfica, Sr. João Azevedo.

Como é seu apanágio, quando já não lhe servia, esquecendo os serviços prestados, descartou-o, conseguindo mal chegou à presidência do Benfica a sua expulsão de sócio.

Um dos jogos comprados foi em Campo Maior.

Existem actualmente alguns atletas, que então jogavam no Alverca, disponíveis para falar.

Nesse jogo o melhor goleador do Campomaiorense ainda na primeira parte simulou uma lesão e abandonou a partida.

Não obstante as facilidades concedidas o Alverca não conseguia marcar.

Já na parte final da partida quando o avançado Mantorras seguia com a bola o defesa que estava à sua frente mergulhou para o chão numa queda digna de um qualquer palhaço numa pista circense.

O Mantorras marcou e o Alverca venceu 0-1.

Outro dos jogos foi na Madeira com o Marítimo.

Aí foi contactado o seu familiar António Simões, então treinador-adjunto.

O resultado para, não dar muito nas vistas, foi um empate.

Não deixou de ser uma surpresa o Alverca ter conseguido empatar no reduto madeirense.

Na última jornada o Alverca recebia o V. Guimarães, candidato à Europa e o Beira-Mar deslocava-se a Vidal Pinheiro, estando o Salgueiros já com uma classificação tranquila.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Houve que atacar nas duas frentes.

Como o V. Guimarães não se vendia, pois pretendia ir à Taça UEFA, havia que comprar o árbitro.

Aí foram contratados com êxito os serviços do ex-árbitro Sr. Pinto Correia.

O Alverca venceu 2-1 (analisem-se as declarações dos responsáveis do V. Guimarães relativas a este jogo), mas não era suficiente.

O Beira-Mar não podia vencer, pois se assim acontecesse seria o Alverca a descer.

O Sr. Pinto Correia recebeu pelos serviços prestados neste encontro um veículo automóvel.

Curioso, também, é o facto deste senhor, depois de abandonar a arbitragem ter iniciado uma actividade, até então para ele, desconhecida, comerciante de pneus – mais uma coincidência.

Vamos ao jogo de Vidal Pinheiro.

Como comprar o Salgueiros para dificultar a vida ao Beira-Mar?

Através do presidente não, pois o Sr. Luís Vieira estava de relações cortadas, devido ao caso “Deco”.

Há uma expressão que o Sr. Luís Vieira profere com frequência: “Se não podemos ir ao General, vamos aos sargentos”.

Se assim o pensou, assim o fez.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Contactou três jogadores, os mais influentes e conseguiu os seus objectivos, pois o Beira-Mar não conseguiu ganhar, apesar da excelente exibição.

O jogo, que pasme-se ninguém estranhou, terminou 4-4.

O pagamento aos três atletas foi efectuado pelo Sr. Manuel Bugarim.

No início da época seguinte, estava o Salgueiros em estágio no Algarve, estes factos chegaram ao conhecimento do seu presidente.

Imediatamente suspendeu os três atletas e rescindiu posteriormente os seus contratos.

Entretanto os dois presidentes conciliaram-se.

Na parte final da época as posições dos dois clubes estavam invertidas, o Alverca em posição já tranquila e o Salgueiros em risco de descer.

O Salgueiros visitava o Alverca e foi combinado que o Alverca facilitaria.

Esta combinação foi conhecida.

No dia do jogo o então Director Desportivo do Alverca, Sr. Couceiro foi avisado telefonicamente que havia conhecimento, por parte de outros clubes, de tal intenção.

Também o titular do processo existente no Departamento de Aveiro foi avisado.

Como seria difícil efectuar a prova à posteriori, o referido investigador decidiu contactar telefonicamente os dois presidentes.

Assim, o jogo decorreu normalmente e o Alverca venceu.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Voltemos aos “passitos” do processo de Aveiro.

O Sr. Luís Vieira já então tinha os seus homens na nossa Instituição.

Foi avisado que as coisas estavam feias, pois haviam acontecido demasiados factos estranhos.

Então, aquela mente matreira decide efectuar uma carta anónima dirigida ao processo onde imputa toda a responsabilidade dos factos ocorridos ao então Presidente da Assembleia-Geral do Alverca, Sr. Eduardo Rodrigues, seu único sócio na empresa que comprara a Fábrica de Louças de Sacavém.

Quando o titular do processo, o tal fanático benfiquista de Aveiro, vem ouvir em declarações o Sr. Eduardo Rodrigues à sua empresa, em Alverca, por coincidência também, estava no gabinete do seu sócio o Sr. Luís Vieira.

Ali se manteve e foi ele que “conduziu” as declarações do seu sócio.

Também o Beira-Mar gostará de saber que não foi só prejudicado na época supra citada, com intervenção do Sr. Luís Vieira. Foi com dinheiro proveniente dele ou do Benfica que o Setúbal se “safou” na última época e o sacrificado foi novamente o Beira-Mar. Vamos aos factos. Recordar-se-ão do episódio do “rpto” do guarda-redes Moretto. Nesse ano o presidente do Setúbal chegou a anunciar que o Benfica é que pagou os ordenados em atraso ao plantel, pois conseguira contratar um jogador que já havia rescindido o contrato com o Setúbal. A História nunca foi realmente conhecida. Talvez o Sr. Rui João Soeiro que entretanto saiu de cena alguma vez fale quanto é que aceitou como dádiva para a sua conta pessoal. Entretanto, os actuais directores (Carlos Costa e Ronald Inácio) do Setúbal sabendo do que se passou contactaram o Sr. Luís Vieira e ameaçaram-no que se não



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

fossem ajudados contariam o que sabiam. Assim, o Sr. Luís Vieira contactou o seu homólogo (e companheiro de negócios) da Naval, entrou com a "massa" e o "caldinho" foi "cozinhado". Foi um pouco mal confeccionado, pois cheirou a esturrado, mas até agora ninguém notou o cheiro a esturro.

Os negócios entre o Sr. Luís Vieira e o Sr. Aprígio Santos são a pesquisa de terrenos em conta, nem que pertençam a reservas, pois vendem-nos a preço elevado ao fundo do BPN, havendo um conluio com o seu Presidente, Oliveira e Costa.

O lucro obtido é repartido entre os três, e os accionistas do Banco são severamente penalizados.

Ainda no Alverca fez o negócio "Mantorras", estando nos dois lados da barricada, o que já de si foi muito estranho.

Na altura, com a concordância do Sr. Vítor Santos – Bibi, engendraram um esquema para sacarem um milhão ao Benfica.

A forma como tal se processaria consta do processo numa cópia manuscrita pelo Sr. Luís Vieira.

Como o Sr. Luís Vieira tentou enganar o Sr. Vítor Santos, este cedeu a informação à TVI, conseguindo impedir a concretização da negociata.

Recordamos que na altura o Sr. José Couceiro foi entrevistado nessa estação sobre esta transferência e quando lhe demonstraram que o Sr. Luís Vieira havia celebrado um contrato de cessão de posição contratual com a PGD, em seu nome pessoal, referiu de imediato que isso era um assunto de Polícia.

Tinha razão o Sr. Couceiro, desconhecia era que o Sr. Luís Vieira a controlava.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Como o dinheiro não saiu como havia idealizado, decidi comprar jogadores à molhada ao Alverca para poder tirar o dinheiro que pretendia do Benfica.

O desnorteamento para sacar a qualquer preço foi de tal ordem que até venderam ao Benfica um jogador, Anderson, cujos direitos desportivos não pertenciam ao Alverca.

Quando o Sr. Luís Vieira percebeu que o Anderson não era do Alverca tentou que lhe devolvessem esse dinheiro, pois pretendia com ele comprar um apartamento para o seu filho em Miami.

Houve nesta altura um desentendimento com o Sr. Bugarim que não concordava, pois havia outras parcelas relacionadas com outros jogadores vendidos que não haviam chegado ao Alverca.

Esses valores saíram do Benfica em numerário, levantados por um ex-candidato à presidência do V. Setúbal e foram utilizados para adquirir pela empresa Turixira, cujo Presidente do Conselho de Administração era o Sr. Luís Vieira, terrenos na zona de Tavira.

Há três empresários que se quisessem falar poderiam esclarecer toda esta tramóia.

Um está disponível para falar, mas quando ouvido pela P. J. não sentiu confiança suficiente para “abrir o livro”, pudera...!

Outro antes de falar foi contratado a bom dinheiro pelo S. L. Benfica para a função: “estar calado”.

O terceiro está fora do País, mas perfeitamente localizado.

Não temos opinião formada sobre o nosso colega titular do processo “Mantorras”, mas sabemos quem o rodeava e recolhia informação privilegiada.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Foi essa informação privilegiada que levou o Sr. Luís Vieira a combinar com o Sr. Joaquim Oliveira a caixa no 24 Horas da sua ida à P. J..

Tal notícia foi previamente combinada entre os dois e o que se passou foi uma autêntica encenação (lá vem outra vez a queda para a sétima arte) do Sr. Luís Vieira.

Entender-se-á esta combinação, que retirou à P. J. a oportunidade de ouvir como arguido o Sr. Luís Vieira, quando se perceber quem está por detrás da empresa em Off Shore “Spinelli”, proprietária do Alverca.

Serão os Srs. Vieira e Oliveira?

A desorientação foi de tal ordem que ao que consta, para se verem livres de um jogador que tinha contrato até 2008, rescindiram-lhe o contrato por mútuo acordo, mas sem ele saber.

Mas o caso “Mantorras” não é virgem.

Os adeptos do S. L. Benfica deveriam saber qual o destino que os Srs. Vieira e Veiga deram aos dois milhões de euros que dizem ter custado o jogador Kikin Fonseca ao Cruz Azul.

O site sportugal divulgou que o jogador veio a custo zero e eles, imediatamente, venderam-no para que se não falasse mais no assunto.

Outro negócio que era importante perceber foi o do jogador Marcel.

Na véspera da sua concretização, a sua anterior equipa foi jogar ao estádio da Luz.

Foram severamente prejudicados, de tal forma que quem prestou declarações à comunicação social foi o seu presidente, agastadíssimo com o que se passara.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Surpresa das surpresas no dia seguinte aparece a negociar o referido jogador.

Voltemos à época 2004/2005 (ano em que o S. L. Benfica quebrou o longo jejum), nomeadamente à sua preparação, na qual o S. L. Benfica em vez de contratar jogadores contratou pessoas para os órgãos sociais da Liga, controlando-a na sua totalidade.

Este assunto é deveras conhecido do público em geral, pois o Sr. Vieira chegou inclusivamente a tecer declarações em que confirmava nitidamente as suas intenções.

Porém, desconhecerá a maioria das pessoas o que foi negociado com o segundo clube com mais influência nesse ano na Liga (Braga).

O Sr. António Duarte (representante do Braga) e n.º 2 do Sr. Cunha Leal tinha que dizer ámen a tudo o que este último quisesse.

Os dois clubes foram durante a época escandalosamente beneficiados, mas no momento da decisão do campeonato, como o Braga ainda era candidato, ainda houve desentendimentos, mas decidiram oferecer o campeonato ao Benfica com a contrapartida do presidente do S. C. Braga construir, por adjudicação directa, o Centro de Estágio do Benfica, através da sua empresa de construção "Britalar".

Já que falamos do Sr. Salvador era importante investigar as ligações que possui à Bragaparcas e ao Sr. Vieira.

O Controlo dos órgãos da Liga não se limitava aos de maior visibilidade, pois o Sr. Vieira introduziu uma série de elementos que ainda hoje lá se encontram, nomeadamente alguns Delegados.

Um desses Delegados, de nome Reinaldo, foi contratado no Algarve através de um colaborador do Sr. Luís Vieira, o sobrinho do Presidente da Câmara de Albufeira.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Neste momento, já estão na Liga como Delegados dois funcionários das empresas do Sr. Reinaldo.

São os tentáculos do polvo a crescer.

Esse senhor Reinaldo foi o Delegado nomeado para o jogo Benfica-Porto da época 2005/2006 e que impediu, ainda sem as fichas de jogo entregues, a ida ao relvado, antes do início do encontro, de alguns elementos do F. C. Porto, nomeadamente um dos seus médicos e o seu presidente.

Coincidência das coincidências, na época transacta, 2006/2007, o mesmo Delegado foi nomeado para o Benfica-Porto.

Mas quem é este Sr. Reinaldo?

É um fervoroso benfiquista e proprietário de várias empresas no Algarve, direccionadas para a venda e aluguer de habitação.

É para as suas habitações que a Liga envia todos os elementos que têm de se deslocar para o Algarve.

Por outro lado, o Sr. Luís Vieira custeia os alojamentos de férias dos árbitros e árbitros assistentes, observadores, delegados e assim por diante que frequentemente passam férias nas instalações do Sr. Reinaldo.

O que receberá em troca o benemérito Sr. Luís Vieira?

Traçado que está o perfil do “pagante” de toda esta farsa era importante perceber o valor das importâncias que despendeu com a D. Carolina para que avançasse com o livro, para se disponibilizar a prestar as declarações que prestou, bem como com os funcionários da nossa Instituição que deram guarida a tal estratégia.

Sabemos que o Sr. Luís Vieira virá, como é óbvio, atendendo aos seus tentáculos, a ter conhecimento desta comunicação.



S. R.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Não temos disso receio, apesar das ameaças veladas que alguns de nós já recebemos.

Conhecemos perfeitamente os seus homens, que brindes lhes oferece e como estão estrategicamente colocados.

Até ao nível da Direcção, mas isso há-de ser limpo, nem que para isso joguemos sujo, como o Sr. Luís.

O Sr. Luís frequentemente diz-se um exemplar chefe de família e não paga garrafas de champanhe.

É nosso conhecimento que o Sr. gosta de outros tipos de garrafas, nomeadamente frascos de perfume, não é?

E também conhecemos a sua veia caritativa para oferecer vivendas.

Para já fiquemo-nos por aqui, ok Sr. Luís?

Esta comunicação está a ser efectuada num PC da Instituição, mas que não está distribuído a nenhum de nós.

Talvez o seu homem de Valado dos Frades quando decidir descobrir em que local o documento foi efectuado tenha uma surpresa.

Recordaremos, por último, ao Sr. Luís Vieira que é do nosso conhecimento que o que conseguiu com a D. Carolina já havia tentado com a anterior esposa do Sr. Pinto da Costa.

Mal a separação aconteceu, convidou-a para passar a passagem de ano no Hotel Montechoro e, em seguida, tentou inúmeras jogadas, mas infelizmente para si a Sr.^a D. Filomena é uma senhora.



S. R.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Por fim, sugerimos a V. Ex.^a, Sr. Procurador-Geral, que providencie para serem encontradas instalações para a equipa “milagrosa” na Rua António Maria Cardoso, pois os três episódios que a seguir contamos, assemelham-se a práticas ali, em tempos, realizadas.

1. Quando da audição do empresário António Araújo o mesmo foi aliciado na presença do seu advogado a imputar as responsabilidades ao presidente do F. C. Porto, dando-lhe como contrapartida o arquivamento dos seus processos.

2. A Sr.^a D. Filomena, ex-esposa do Sr. Pinto da Costa, foi ouvida por factos relacionados com a venda de um imóvel, num período em que já estava separada do referido Sr..

Estavam em causa os valores da venda, pois havia a suspeita que o valor de escritura não seria o valor real.

Prometeram-lhe o arquivamento dos autos, desde que se disponibilizasse a falar da vida do seu ex-marido.

Apesar de não ter aceite não se coibiram de lhe efectuar algumas perguntas sobre tal senhor.

3. Não obstante os intensos treinos, as audições da D. Carolina não correram sempre bem.

Assim, à cautela o seu treinador colocava-se atrás do colega que procedia à audição para, por gestos, lhe poder dar indicações sobre alguma dúvida que a mesma tivesse.

Entre outras indicações, recordamos a que se passou quando lhe perguntaram quem recebeu à porta da residência do presidente do F. C. Porto o árbitro Augusto Duarte.

A D. Carolina respondeu imediatamente que foi o seu ex-companheiro, mas eis que o seu treinador brandindo a mão em sinal negativo, lhe dá indicações em “V” com os dedos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

indicador e médio, sugerindo-lhe duas pessoas e em seguida apontando para si, sugere-lhe que ela também recebeu o referido árbitro.

Assim declarou a D. Carolina, pois é bem mandada.

Realça-se que a D. Carolina quando este episódio se passou encontrava-se doente, inclusivamente acamada, não tendo sido, como é lógico, quem recebeu o referido Augusto Duarte.

Presumimos que as investigações a efectuar nos processos relacionados com o apito dourado deveriam começar pelos processos arquivados, pois atentas as informações de quem não aceitou os arquivamentos será de prever inúmeras anuências aos objectivos da equipa “milagrosa”.

Para tal deverão ser nomeados magistrados e polícias íntegros e sem máculas, para que se possa apurar todas as manigâncias praticadas.

Acreditamos que V. Ex.^a desconhecia todos os factos aqui denunciados e que providenciará para que seja reposta a verdade, culpabilizando os verdadeiros culpados e inocentando os que não cometeram ilícitos.

No entanto, como “o seguro morreu de velho”, enviaremos cópias desta comunicação a diversas entidades para que os factos aqui denunciados não “caiam novamente no silêncio”.

Assim, serão enviadas cópias para:

- .Presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional;
- .Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol;
- .DIAP – Porto;
- .F. C. Porto e
- .Produtora Utopia (como as filmagens começaram há dias, ainda poderão “enriquecer” a personagem do Sr. Vieira).



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

POLÍCIA JUDICIÁRIA

DIRECTORIA NACIONAL

Aproveitamos a oportunidade para solicitar a V. Ex.^a que informe a Dr.^a Mizé Tung que também fizemos milhares de quilómetros e falámos (sem ter nada para prometer, nomeadamente arquivamentos) com centenas de pessoas.

Os depoimentos recolhidos são puros e verídicos, pois não houve qualquer tipo de manipulações, nem prévios treinos.

Possuímos gravações de imagem e som, bem como documentação que comprova o aqui exposto e estaremos disponíveis para as ceder, desde que vejamos que o sentido a dar a estes casos seja o sentido da verdade e da justiça.

Fá-lo-emos de forma anónima, como agora, pois não queremos colocar as nossas carreiras em risco.

Mas, caso vislumbremos alguma tentativa de manipulação dos factos, temos jornalistas “prontos” para divulgar como foi criada a maior **FARSA DA JUSTIÇA PORTUGUESA**.

Se à D. Carolina escreveram um livro indicando-lhe o guião, também poderemos indicar o guião a alguém que queira escrever um livro, eventualmente com o título “Tu, Luís...”.

Lisboa, 3 de Julho de 2007